

Sérgio Buarque de Holanda

Livro dos prefácios

•

2ª edição



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright do texto © 1996 by Espólio de Sérgio Buarque de Holanda
*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa
de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa:
*Victor Burton sobre Favela, óleo sobre tela de Di Cavalcanti, 1957,
73 x 54 cm, Coleção Roberto Marinho. © Elisabeth di Cavalcanti*

Preparação:
Marcos Luiz Fernandes

Revisão:
*Maria Prado
Lilian de Lima*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sp, Brasil)

Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982.
Livro dos prefácios / Sérgio Buarque de Holanda. – 2ª ed.
– São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

ISBN 978-85-359-3015-3 (2ª ed.)

1. História 2. Prefácio – Coletâneas I. Título.

95-4390

CDD-808.888

Índices para catálogo sistemático:

1. Coletâneas : Prefácios : Livros de história: Literatura 808.88
2. Prefácios : Coletâneas : Livros de história Literatura 808.88

2017

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.
Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 3707-3500
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br
facebook.com/companhiadasletras
instagram.com/companhiadasletras
twitter.com/cialetras

Sumário

•

HISTÓRIA

Memórias de um colono no Brasil

13

Diários de viagem

50

Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho

(1794-1804)

57

Auto representado na festa de são Lourenço

103

A contribuição teuta à formação da nação brasileira

105

As Minas Gerais e os primórdios do Caraça

111

Informações históricas sobre São Paulo
no século de sua fundação

116

História de Nicolau I: rei do Paraguai
e imperador dos mamelucos

118

Relação dos manuscritos da coleção “J. F. de Almeida Prado”

126

A Amazônia para os negros americanos

129

A baleia no Brasil colonial

138

A lavoura canieira em São Paulo

141

Cristãos-novos, jesuítas, Inquisição

144

Imigração italiana em São Paulo (1880-1889)

149

O fardo do homem branco

157

O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke

169

A escravidão africana no Brasil

228

O barão de Iguape

238

Vale do Paraíba – Velhas fazendas

251

A cidade de São Paulo

298

Escravidão negra em São Paulo

303

A milícia cidadã	319
Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de São Paulo	336
Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)	358

LITERATURA

Suspiros poéticos e saudade	375
Poesias	395
Fausto	404
Clara dos Anjos	410
Poesia e prosa	422
Tudo em cor-de-rosa	441
O operário em construção e outros poemas	457
Toda poesia (1950-1980)	462
Notas	465

Nota do editor

•

Este volume recolhe os escritos de Sérgio Buarque de Holanda que podem ser considerados “introdutórios”, seja por desígnio inicial, seja por decisão posterior dele próprio. Este último caso é o dos notáveis estudos sobre Azeredo Coutinho e Leopold von Ranke, preliminarmente artigos de revista. Fica portanto justificada a reunião de todos eles sob o título escolhido, Livro dos prefácios, que dará aos leitores a oportunidade de apreciar a capacidade que tinha o grande historiador de modular a sua reflexão e as suas análises, sempre ricas e originais, ao longo de uma escala que vai das notas breves às longas considerações eruditas.

O editor agradece a Vera Cristina Neumann pela indicação de quatro dos textos incluídos neste volume e por suas sugestões fecundas e constante disponibilidade no decorrer do processo de edição.

HISTÓRIA

•

Memórias de um colono no Brasil*

•

I

A IMPORTAÇÃO DE BRAÇOS LIVRES para a lavoura paulista nunca se processou em escala apreciável até meados do século passado. Tentativas isoladas como a instalação em 1815 de imigrantes açoritais na Casa Branca, à margem do velho caminho dos Guaiases, ou o estabelecimento de famílias alemãs – 1200 colonos, pelo menos – em diferentes pontos da província, durante o decênio de 1827-37, atestam que as administrações de São Paulo não tinham descurado de adotar, sempre que houve oportunidade, uma política de colonização dirigida, semelhante à que um século antes já se inaugurara no Rio Grande de São Pedro. E é justo assinalar também que nem sempre essas autoridades agiram com precipitação e pouco zelo no aproveitamento dos colonos. No caso dos ilhéus, por exemplo, houve mesmo o cuidado de instalá-los provisoriamente em Jundiá e Campinas, a fim de que se afeioassem às condições

13

LIVRO
DOS
PREFÁCIOS

* Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil; 1850*. São Paulo, Martins/ Edusp, 1972, pp. xv-xlv. (1ª edição São Paulo, Martins, 1941, pp. 5-35). [Prefácio do tradutor]

do país antes de serem enviados às terras que lhes tinham sido expressamente reservadas.

A verdade, porém, é que essas tentativas, partidas dos governos, não tiveram o êxito que delas se poderia esperar. Em muitos casos o mal vinha das próprias administrações, que desenganadas pelos primeiros obstáculos não chegavam a satisfazer compromissos assumidos com os trabalhadores. Às vezes decorria também de uma falsa compreensão das necessidades da terra, de uma apresentação defeituosa dos problemas que ela impunha. A ideia de que se deveria oferecer aos colonos, procedentes em sua maioria de regiões superpovoadas, formas de existência semelhantes às que prevaleciam em seus meios de origem estava longe de se ajustar às condições reais do país. Cogitava-se em fazer aproveitar nossa economia rural das vantagens técnicas de que desfrutava a agricultura das nações mais adiantadas. Mas que poderiam eles trazer a zonas ainda mal preparadas para receber tais vantagens? Aos camponeses europeus, acostumados a arar suas terras, fazia-se crer, com fundamento, sem dúvida, que nossa agricultura era uma agricultura de enxada. Mas isso permitia a interpretação fácil de que se tratava quase de uma horticultura em ponto grande. Assim cuidariam os colonos açoritas, que não chegaram a tomar pé em Casa Branca, assustados – diz Saint-Hilaire – à vista das enormes árvores que tinham de derrubar. Dos alemães estabelecidos no sertão de Santo Amaro falam desalentados os relatórios oficiais do tempo, queixando-se de que preferiam fixar-se nas povoações embora à própria custa e apesar das despesas feitas pelo governo para acomodá-los à lavoura. A agricultura de tipo europeu era sobretudo impraticável nos lugares incultos e remotos, para onde, à míngua de outros, se encaminhariam cada vez mais os imigrantes, na ilusão de que a uberdade do solo compensava as contrariedades da distância. Mas a própria riqueza das terras foi frequentemente um obstáculo, mais do que um convite, à aplicação de processos aperfeiçoados. Não há talvez exagero em declarar que os métodos bárbaros

da agricultura indígena eram em alguns casos os que convinhavam. Como substituir as derrubadas e queimadas brutais para o estabelecimento de novas plantações? Todos os expedientes familiares ao lavrador europeu visando conservar a atividade e o vigor dos solos de cultura perdiam o valor. Não há exagero também em dizer que seriam até perniciosos nos casos em que precisamente a extrema fertilidade das terras surgia como barreiras a vencer. Nas lavouras de açúcar não faltava, por exemplo, quem tratasse de “esterilizar” o solo por via de plantas e fogos contínuos, para que as canas não crescessem demasiado selvagens, quer dizer, gordas e viçosas, ricas em caldo, mas de pouco açúcar. O café criado em terra fértil – dizia Burlamaque – produz bela vegetação, porém maus frutos e escassos. Assim pensavam os fazendeiros do tempo, e o senador Vergueiro, autoridade acatada nestes assuntos, costumava mandar derrubar as matas, aproveitava as terras durante alguns anos para outras comodidades, e deixava crescerem capoeiras; só ao cabo disso fazia plantar as primeiras mudas de café.¹ Era uma lavoura não somente extensiva como dissipadora – antes *mineração* do que agricultura; contrariava, portanto, aos olhos do europeu, as leis mais comezinhas da arte de plantar.

A explicação frequente que se dava ao malogro dos esforços sucessivos para a colonização, não apenas nessa época como ainda mais tarde, foi a circunstância de se engajarem geralmente os colonos entre o proletariado urbano da Europa Central mais do que entre camponeses. A alegação parece realmente fundada, e Tschudi, em documento onde relata suas observações sobre os colonos em São Paulo no ano de 1858, refere esta coisa surpreendente: de uma lista de 87 pretensos lavradores, como tais contratados no Velho Mundo para os estabelecimentos de parceria, apenas treze se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras de origem. Dos restantes, 42 eram operários de fábricas, seis sapateiros, quatro carpinteiros, nove alfaiates, três soldados, dois pedreiros,

dois ferreiros, dois vidraceiros, dois tanoeiros, dois músicos ambulantes, um jornaleiro, um confeitiro, um pintor, um serrador e um mestre-escola. Fatos análogos apresenta em 1852 Carlos Perret-Gentil, antigo cônsul da Suíça no Rio de Janeiro, em folheto onde reúne as observações feitas durante a viagem que realizou à colônia Senador Vergueiro.² De resto a procedência principalmente urbana dos colonos parece ter sido um fato mais ou menos geral, não só em São Paulo como nas demais províncias em que foi considerável a imigração germânica. A presença de numerosos termos portugueses relacionados com a técnica agrícola no vocabulário de descendentes de imigrantes que ainda conservam a língua alemã no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Espírito Santo poderia ser explicada pela ausência de uma verdadeira tradição rural entre os mesmos. Palavras como “foice” (*fosse*), que também vamos encontrar hoje entre os teutos-brasileiros do Espírito Santo,³ ou como “roça” (*rosse*), que aparece entre os netos de alemães tanto no Espírito Santo como no Rio Grande,⁴ já tinham sido perfilhadas por alemães e suíços nas colônias agrícolas paulistas. À falta de tradição rural atribuiu-se igualmente o fato, que tanto impressionou recentemente um estudioso,⁵ de os teutos-brasileiros do Sul ainda se designarem habitualmente com a palavra “colono” (*Kolonist*) e só muito raramente com a palavra “camponês” (*Bauer*).

Cabe perguntar, em todo o caso, se, dada a distância enorme que separava os métodos agrícolas europeus dos nossos, seria efetivamente indispensável que o recrutamento de colonos se fizesse apenas entre agricultores. É lícito mesmo supor que, prisioneiros de tradições e princípios inadequados às nossas condições rurais, fossem eles exatamente dos menos indicados para colonização agrária no Brasil.

A experiência dessa gente teria aplicação talvez nos terrenos já cansados e gastos, cuja produtividade pudesse crescer com o emprego do arado e de fertilizantes, permitindo o estabelecimento de pequenas propriedades. Mas isso não parecia

importante aos homens do tempo, preocupados que andavam com o problema realmente angustiante da penúria de braços para a grande lavoura. Dada a própria origem da maioria dos imigrantes europeus, era de esperar que instalados em terras velhas, nas vizinhanças das cidades, eles se vissem, cedo ou tarde, atraídos para os centros mais populosos. Foi o que sucedeu todas as vezes em que se utilizou recurso semelhante. Só muito mais tarde, quando estávamos às vésperas de receber as primeiras levas de imigrantes procedentes de uma terra de latifúndios, da Itália meridional, é que voltou a surgir o alvitre de se dirigirem os colonos para os “terrenos baratos e já trabalhados, nos distritos de Porto Feliz, Santa Bárbara, Sorocaba etc.”. Mas ainda assim em caráter provisório, durante dois ou três anos, quando muito, até o colono ficar conhecendo que as terras novas são superiores.⁶ A solução proposta vinha a ser, por conseguinte, uma simples sugestão de emergência, semelhante a tantas outras que não cessaram de aparecer com o fito de entrosar os imigrantes europeus, sobretudo os de origem germânica, em nosso pobre mecanismo econômico.

É preciso notar que essa origem germânica e muitas vezes protestante de tais imigrantes, quase os únicos de que podíamos dispor – excluídos os portugueses – antes de se iniciar em larga escala a imigração de italianos, era ainda um empecilho considerável à sua rápida assimilação. Todavia não convém exagerar a importância das tradições étnicas e culturais em prejuízo de certos fatores sociais e mesmo psicológicos, tratando-se dos problemas de imigração. Erro idêntico a esse outro, tão comum, que faz distinguir na influência do escravo africano em nossa vida social muito mais a ação do africano do que a do escravo ou ao que vê em nossos primeiros colonizadores portugueses menos os colonizadores do que os portugueses. A verdade é que a tradição étnica não explica muita coisa se dissociada das circunstâncias em que pôde agir nos movimentos migratórios.

A primeira ideia que um mundo novo oferece ao emigran-

te é frequentemente a de uma esfera de possibilidades infinitas e onde a capacidade de ação não encontra estorvo. A aptidão para emigrar envolve, sem dúvida, tal capacidade – nisso têm razão os que veem as migrações como um autêntico processo de seleção – mas envolve também uma capacidade de idealizar em excesso a terra procurada, “terra prometida”, criando imagens falsas e ilusórias. Certa dose de fantasia e credulidade, por pequena que seja, certo definhamento do senso de crítica, existiu sempre à origem de todas as migrações em grande escala. Durante a grande onda de emigração polonesa para o Sul do Brasil nos anos que precederam a guerra de 1914-18 surgiu em certos distritos da Polônia lenda de que nosso estado do Paraná acabara de ser descoberto, dissipando-se o denso nevoeiro que durante séculos o envolvera. Foi a Virgem Maria quem, compadecida da sorte dos camponeses da Polônia, lhes apontara a nova terra, dizendo que fossem povoá-la. Outra versão da mesma lenda dizia que todos os reis e imperadores da terra fizeram uma assembleia para deliberar a quem caberia a região recém-descoberta. Três vezes apostaram e três vezes saiu vencedor o papa. Instigado então pela Virgem, o pontífice entregou o Paraná aos poloneses.⁷

A quem percorra a obra hoje clássica de Thomas e Znaniecki sobre o campônio polonês na Europa e na América e compare as passagens referentes à emigração para o Brasil com a parte das memórias de Thomas Davatz onde o antigo colono de Vergueiro trata da psicologia dos emigrantes, não escaparão coincidências numerosas e importantes. Algumas cartas de trabalhadores poloneses, traduzindo primeiro uma confiança ilimitada nos recursos do país novo, onde se estabeleceram, na prosperidade que espera os colonos, e depois uma desilusão crescente em face das contrariedades que traz, ao cabo, a emigração transoceânica, são particularmente sugestivas. Nos dois exemplos a emigração aparece estimulada em grande parte, mas não exclusivamente, pela expectativa de melhores condições econômicas. Se o traço que domina o

indivíduo é o desejo de vantagens econômicas – vantagens essas que um país estrangeiro poderá talvez oferecer mais facilmente do que sua terra de origem – então ele emigrará, a menos que aquele desejo seja corrigido por influências contrárias. Mas, por outro lado, seu traço dominante é o medo do desconhecido e do remoto, nesse caso jamais deixará seu país, sua comunidade, salvo se influências estranhas – cartas de parentes, de amigos; campanhas de interessados no movimento migratório etc. – se juntarem à influência econômica. Em ambas as situações o emigrante tende a exagerar as possibilidades que oferece o meio novo.

No caso dos imigrantes alemães e suíços que se instalaram em São Paulo durante o século passado, entre 1827 e 1860 aproximadamente, o desajustamento normal com as condições que o ambiente oferecia complicava-se com a atitude religiosa predominante em muitos dos colonos. Estes, em grande parte, talvez na maioria dos casos, provinham de terras luteranas e calvinistas e chegavam-nos quando a liberdade de culto sofria entre nós toda espécie de restrições. Não admira, assim, que os campeões da imigração germânica (alemã e suíça alemã) fossem também partidários ardentes de maior liberdade religiosa. É fato verificado ainda hoje nos núcleos coloniais do Sul do Brasil que o imigrante católico adapta-se muito mais facilmente ao meio luso-brasileiro do que o protestante, sobretudo nas cidades e nas colônias mistas, ao ponto de partidários ardentes da Alemanha Maior chegarem a estigmatizar a influência católica nessas regiões como um fator ponderável de desgermanização.⁸

Outros motivos que dificultaram sem dúvida a adaptação desses homens do Norte e do Centro da Europa às condições da terra eram a repugnância explicável ao sistema de alimentação do país e sobretudo a certas formas de vida, a certos hábitos e costumes, que constituem, afinal, o fruto de um lento mas seguro processo de aclimação. O resultado é que homens robustos e capazes vinham a ser presa fácil de nossas

velhas doenças e achaques. A ausência de asseio corporal entre esses adventícios não está, com certeza, entre os menores motivos da sua falta de resistência às mazelas do país. Embora não se refira à colonização em São Paulo, é bem expressivo a esse respeito o depoimento de Teófilo Benedito Ottoni sobre os colonos do Mucuri – alemães, suíços, belgas, holandeses. “As imundícies da habitação” – diz – “tinham produzido tal praga de bichos que ninguém podia passar impunemente em torno das duas casas que serviam de depósito provisório dos colonos. O pouco asseio do corpo atraía os daninhos insetos. Debalde se dizia aos colonos que aquela *doença* se extirpava com a tesourinha ou alfinete, e que o grande preservativo era recorrer diariamente ao rio e trazer o corpo limpo de imundícies. Mas eles queriam curar-se do mal dos bichos com unguento e cataplasmas, e não foi possível convencer a um grande número que o hábito brasileiro de lavar ao menos os pés todas as noites é uma necessidade do homem do povo, e não como pensa o proletário europeu uma fantasia ou regalo de aristocratas e sibaritas. Os Chins como não têm horror à água nunca sofreram de bichos de Mucuri. Um só não vi ainda manquejar por tal motivo. Foram há três anos para o Mucuri 89 de que só têm morrido dois.”⁹ Não há razão para crer que as condições dos colonos em São Paulo fossem muito mais animadoras. E sabemos que estragos pode causar nos desprevenidos o mal de que morreu o padre Estanislau de Campos.

II

Pesadas as causas de malogro dos diversos esforços de colonização agrária tentados em São Paulo durante a maior parte do século passado, nenhuma parecerá à primeira vista mais grave do que as condições de trabalho a que ficavam sujeitos os adventícios. É interessante acompanharem-se os tateios e hesitações com que durante longos anos se cuidou de resolver

aqui o problema da substituição dos negros por trabalhadores livres. Ao passo que em outras províncias a colonização se deveu em primeiro lugar à iniciativa oficial, em Paulo ela partiu sobretudo de particulares.

As tentativas efetuadas nesse sentido coincidiam com a extinção do tráfico de africanos e a expansão do cultivo do café para as terras de oeste, na direção de Campinas. Se os esforços oficiais tendiam desde o início à criação de núcleos de pequenos proprietários, segregando os colonos da comunidade nacional, não faltaram, é certo, governos que cedessem à pressão dos fazendeiros empenhados, antes de mais nada, em obter braços numerosos para a grande lavoura. Os dois pontos de vista divergentes – o que apoiava a criação de núcleos de pequenos proprietários e o que pleiteava tão somente a substituição do braço escravo – eram defendidos e combatidos com veemência, às vezes com azedume, conforme os favores do governo central se inclinassem para um ou para o outro lado. Mais justo evidentemente seria considerar os interesses próprios de cada província, de cada região, em vez de tentar adotar um critério centralizador, uniforme e inflexível, capaz de convir indiferentemente a todo o país. A essa necessidade mostravam-se cegos, porém, nossos homens de Estado, hipnotizados como sempre pela superstição unitarista e refratários a quaisquer critérios mais dóceis às exigências regionais. Em uma sessão da Câmara em que reclamava amparo à imigração de trabalhadores livres para a lavoura, quando o governo acabava de conceder o empréstimo de 300:000\$ à companhia Mucuri, sem juros e pelo período de cinco anos, e outro de 150:000\$ com iguais vantagens e condições ao dr. França Leite para a colonização das margens do rio Doce, insistindo assim na velha praxe de “povoar desertos”, o deputado Gavião Peixoto enfrentou a rancorosa oposição dos que defendiam a criação de núcleos coloniais como sendo a única política imigratória aconselhável para o Império. Houve quem combatesse o sistema ainda então adotado pelos fazen-

deiros paulistas, o das colônias de parceria, alegando simplesmente que tal sistema “não convinha ao Rio Grande”.¹⁰

Pela mesma época levantava-se no Senado a voz prestigiosa do velho Vergueiro a fim de censurar as numerosas doações de terra a imigrantes, pois não é justo – dizia ele – que se conceda a estrangeiros aquilo que se nega a nacionais. A prodigalidade extrema na concessão de sesmarias para a função de colônias, povoando matas incultas, não atendia em sua opinião à necessidade mais premente do Império, a necessidade de braços para o desenvolvimento dos germes de sua riqueza agrícola.

A parceria, conforme sustentavam Vergueiro e Gavião Peixoto – sogro de José Vergueiro –, não estabelecia para os colonos uma situação definitiva e ideal, mas preparava-os para a condição de proprietários ou foreiros. Segundo tal concepção importava antes de tudo atender a solicitações da grande lavoura sem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país. Foi esse o problema que se propôs o senador Vergueiro com o plano das colônias de parceria, destinadas a constituir legítimos “vivieiros ou escolas normais agrícolas” para os imigrantes. Plano grandioso, sem dúvida, mas contra o qual se erguiam fortes barreiras, nascidas do próprio rumo que ia tomando nossa economia agrícola, particularmente na província de São Paulo. Em seu meritório afã de colonizar a província e atender às necessidades da lavoura, Vergueiro continuava, não obstante, a acatar a criação de uma classe numerosa de pequenos proprietários como ideal altamente apreciável – no que estavam todos de acordo – mas cuja realização poderia e deveria ser adiada. Seu plano queria atender aos interesses dos fazendeiros, não excluindo a consideração das vantagens que porventura trouxesse ao país a formação de núcleos coloniais isolados e independentes dos grandes domínios agrícolas. Visava compor duas teses inimigas, favorecendo uma transição por longo tempo inviável, ao menos em São Paulo.

Foi sobretudo no Oeste dessa província – o Oeste de 1840,

não o de 1940 – que o latifúndio cafeeiro veio a tomar caráter próprio, emancipando-se das formas de exploração agrícola estereotipadas desde a era colonial no modelo clássico do engenho de açúcar. Mesmo na província do Rio e em geral no vale do Paraíba, essa emancipação foi quase sempre deficiente e encontrou vivas resistências, só se impondo quando a lavoura cafeeira já tinha perdido ali sua pujança antiga. A fazenda de café fluminense contentara-se em copiar, nos tempos áureos, o tipo tradicional dos engenhos de cana, que tiveram suas terras de vocação principalmente no Nordeste do Brasil. Formava uma unidade fechada, suficiente, quase autárquica. Houve fazendeiros que se vangloriavam de só ter de comprar ferro, sal, pólvora e chumbo, pois o mais davam de sobra suas terras. A estrutura dessas propriedades fundava-se tão profundamente na existência do braço escravo, que mal se podia conceber nelas o emprego proveitoso de trabalhadores europeus. É em São Paulo e ante os novos horizontes econômicos abertos com a expansão do café que se forma uma nova raça de senhores rurais e se completa rapidamente o processo apenas começado nas regiões açucareiras com o desenvolvimento dos centros urbanos. O domínio agrícola deixa de ser uma baronia e transforma-se quase em um centro de exploração industrial. A figura típica do senhor de engenho perde os traços mais característicos, desapega-se mais da terra e da tradição – da rotina – rural. A terra cultivada deixa de ser seu pequeno mundo para constituir simplesmente seu meio de vida, sua fonte de rendas. A fazenda resiste com menos energia à influência urbana e muitos lavradores passam a residir permanentemente nas cidades. Decai rapidamente a indústria caseira e desaparecem em grande parte as plantações de mantimentos que garantiam outrora certa autonomia à propriedade agrícola. É talvez por esse lado que se poderá falar no cafeeiro como “planta democrática”. Handelman, que inventou a expressão, não atinara entretanto com os motivos reais da transformação já em vias de realizar-se ao seu tempo,

e atribuiu-a à perspectiva de um parcelamento das propriedades, perspectiva que não se verificou, pois a economia do latifúndio continuou a prevalecer para o café pelo menos até a crise de 1929.

E se tudo isso se processou em São Paulo mais acentuadamente do que em outras províncias, não foi por circunstâncias apenas fortuitas e nem apenas porque o café encontrasse aqui terras mais propícias. Foi em primeiro lugar pela carência nessa província de uma tradição agrícola realmente grande e próspera, com quadros definitivos que não deixassem ver no presente o que o presente reclama e repele. Foi também pelo aparecimento providencial de alguns homens de iniciativas e espírito prático, capazes de encontrar novas soluções para problemas novos (e entre esses homens sobressai singularmente a figura admirável de Vergueiro). Foi enfim pela própria natureza absorvente e exclusiva da cultura do café. Este último fato parece ter tido uma importância capital, conquanto deva parecer hoje bem menos evidente do que o foi em meados do século passado, quando se operou a transformação que ia fazer de São Paulo o maior centro produtor do Brasil. Assinala-o em 1858 no Senado do Império um antigo lavrador da zona de Jundiá, em palavras que convém reproduzir tal a precisão e a clareza com que revelam nessa transformação uma das causas da crise profunda verificada em todas as regiões invadidas pelos cafezais. “A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café” – dizia com efeito José Manuel da Fonseca – “tem concorrido também ali (em São Paulo) para o encarecimento dos gêneros alimentícios. Na casa há alguns nobres senadores que têm engenhos de açúcar; apelo para seu testemunho. Quando o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo preparo da terra para a cana; e a limpo aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são mui férteis, quando seu cultivo era a cana, e em outros